

A Pedagogia da variação linguística no Estágio Supervisionado/

Fernanda Barboza de Lima*

Resumo

Há pelo menos duas décadas, vivenciamos o esforço de inserir, no ambiente acadêmico, textos e discussões que ampliem o conhecimento do futuro professor de Língua Portuguesa sobre a diversidade linguística, movimento que deve contribuir para a ampliação da pedagogia da variação linguística no ambiente escolar. Com o intuito de colaborar com esse movimento e esforços, nosso trabalho buscou compreender quais as estratégias teórico-metodológicas que alunos estagiários do curso de Letras utilizam para ministrar aulas com o tema da variação linguística na fase de intervenção do Estágio Supervisionado. Para tanto, foram analisados 10 (dez) relatórios, produzidos na disciplina de Estágio Supervisionado, na fase de intervenção. Os principais resultados apontam que os alunos estagiários utilizam-se de diversificados gêneros textuais para o trabalho com o tema da variação, optando por trabalhar questões sonoras (no plano intralinguístico) e por trabalhar questões geográficas (no plano externo à língua).

Palavras-chave: Pedagogia da variação linguística; Estágio Supervisionado; Relatórios de Estágio.

Introdução

A aplicabilidade dos estudos sociolinguísticos na aula de português tem sido incentivada por uma série de pesquisadores que compreendem que é necessário não apenas refletir sobre a heterogeneidade da língua, mas ensiná-la, competindo, assim, para o conhecimento da pluralidade das normas linguísticas, que não se reduzem apenas à norma padrão, referenciada e escolhida como objeto no modelo tradicional de ensino.

Nos entremeios que existem entre os estudos sociolinguísticos e a escola está a formação do professor de português. Mesmo que nem sempre o curso de Letras ofereça de maneira regular a disciplina da Sociolinguística, circulam

* Professora da Universidade Federal da Paraíba. Possui doutorado e mestrado em Letras pela UFPB, graduação em Letras e Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, também pela UFPB. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nas subáreas: Sociolinguística e Dialetologia. Desenvolve, ainda, trabalhos nas áreas de Leitura, Produção Textual e ensino de Língua Portuguesa. E-mail: fernanda23lima9@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-0474-6160.

desde cedo textos sobre a variação linguística e sua importância para o ensino de língua, debate obrigatório quando aos graduandos são apresentados os documentos orientadores do ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mais recentemente, e os Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental da Paraíba, num contexto mais local, são exemplos de como o avanço do trabalho dos pesquisadores sociolinguistas repercutiu no ensino de Língua Portuguesa, ecoando, por fim, nas instâncias nacionais e estaduais encarregadas de regular o ensino em nosso país.

Embora percebamos os esforços para inserção da temática da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa, sabemos que ainda é necessário caminhar muito pra que as práticas pedagógicas reflitam realmente uma mudança da própria concepção do que é língua, pois a escola, os professores, a formação desses professores e os materiais didáticos que cercam esse profissional carregam ideologias bem diferentes sobre o que é a língua e isso acaba, necessariamente, por acelerar ou atrasar a efetivação da pedagogia da variação.

É dentro desse espaço de reflexão que situamos o graduando/estagiário do curso de Letras. Num espaço curto de tempo, esses estudantes são convidados a conhecer esse debate (de maneira,

por vezes, superficial), refletir sobre os problemas que ainda existem em torno dessas discussões e, enfim, transformar essas teorias em procedimentos didáticos que atuem para o conhecimento do fenômeno da variação e, em consequência, para a atenuação do preconceito linguístico.

O presente trabalho, nessa perspectiva, visa contribuir com a discussão sobre os caminhos para a efetivação da pedagogia da variação, buscando compreender como alunos estagiários do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na fase de ministração de aulas, pensam o ensino de variação linguística e quais estratégias teórico-metodológicas são utilizadas para ensinar esse fenômeno linguístico.

Metodologia

Sendo o objetivo de nossa pesquisa compreender como graduandos/estagiários do curso de Letras organizam suas práticas didático-pedagógicas em torno do ensino de variação linguística, partimos da análise de dez relatórios de Estágio Supervisionado produzidos na disciplina Estágio Supervisionado III do curso de Letras da UFPB – Campus IV – Litoral Norte, na fase de intervenção/ministração de aulas no ensino fundamental.

Por se preocupar com a produção de informações que auxiliam o debate sobre a pedagogia da variação linguística e a

formação docente, por meio da observação de fenômenos que surgem das práticas sociais dos indivíduos, podemos dizer que se trata de uma pesquisa qualitativa-interpretativista.

Nosso trabalho deteve-se à análise documental e à pesquisa bibliográfica, por isso, a identidade dos alunos envolvidos no processo foi preservada e as citações, ao longo do texto, de partes dos relatórios, são marcadas pela enumeração dos mesmos. Da mesma forma, para preservar o anonimato dos participantes em relação ao gênero, optamos por nos referir aos alunos envolvidos sempre no masculino. A pesquisa teve as seguintes etapas: levantamento de bibliografia que discutisse sobre a pedagogia da variação linguística e o Estágio Supervisionado, compilação dos relatórios de estágio, análise e interpretação dos dados.

Do universo de 109 relatórios produzidos na disciplina de Estágio Supervisionado III (ministração de aulas), em 4 (quatro) períodos letivos, foram selecionados 10 (dez) relatórios. O critério utilizado para seleção do corpus referiu-se ao fato do fenômeno da variação linguística ter sido objeto de ensino, apenas, nos relatórios selecionados.

Perspectivas teóricas

Sabemos que, com a consolidação dos estudos da variação, vinda com a sociolinguística variacionista de Labov,

na década de 1960, começou-se a traçar um panorama real das variações nas mais diversas línguas. Um dos desdobramentos que essas pesquisas permitiram referiu-se ao ensino de língua. Ao unir esses dois pólos, estudos sociolinguísticos e ensino de língua, Bortoni-Ricardo (2005, p. 130) inaugurou a Sociolinguística Educacional, disciplina que tem como tarefa, segundo a autora, “[...] contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos”.

O debate suscitado pela Sociolinguística Variacionista não apenas desdobrou-se na chamada *pedagogia da variação linguística*, mas repercutiu fortemente nas instâncias nacionais encarregadas de regular o ensino de língua. Foi por volta da década de 1990, que o tema da variação passou a ser incorporado nos PCN, no PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), nas avaliações oficiais, como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e, como não poderia deixar de ser, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular, dentre outros documentos reguladores.

Conforme textos dos PCN e BNCC:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o que se deve e o que não se deve falar e escrever, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua (BRASIL, 1998, p. 29).

As variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado (BRASIL, 2017, p. 79).

Dessa forma, não há como pensar a língua como algo homogêneo e, assim, não há como ensiná-la apresentando somente sua modalidade padrão. Os documentos afirmam que além de respeitar “às falas dialetais” presentes na sala de aula, deve a escola organizar situações didáticas que ajudem a combater o preconceito linguístico e a extinguir a ideia de que “a escrita é o espelho da fala”, o que acaba por produzir uma prática de “mutilação cultural”, já que perpetua a ideia que determinadas comunidades de fala desconhecem a gramática de sua língua, sendo assim, inferiores quando comparadas a outras (BRASIL, 1997, p. 26).

Pensando no papel da escola em relação ao ensino de variação, Cyranka (2015) nos convida a refletir sobre as possibilidades de desenvolver aulas de língua portuguesa nas quais as atividades de ensino envolvam o “ouvir” o aluno, o que, conforme Paulo Freire e citado pela autora, significa “captar a linguagem deles e, necessariamente, seus temas, que vêm através de suas palavras e de sua sintaxe” (FREIRE, 2011, p. 245 apud CYRANKA, 2015, p. 31).

Mas é preciso reinventar o ensino de língua? A autora pergunta num dos tópicos do texto. E diz que é necessário,

sim, “[...] negar a prevalência do ensino prescritivo e descritivo da gramática em favor do ensino reflexivo e produtivo”, utilizando a reflexão gramatical para o desenvolvimento das competências comunicativas ligadas à leitura e à escrita de textos. Mas antes de tudo, reconhecer os valores culturais do aluno e conhecer as práticas de letramento que eles já trazem para a sala de aula (CYRANKA, 2015, p. 34-35).

Nesse sentido, as atividades de leitura, escrita e gramática, normalmente centradas nas habilidades de decodificação (leitura), criação de frases soltas (escrita) e análise de frases desconectadas de textos (gramática), devem dar lugar a atividades de leitura e escrita de textos autênticos e diversificados e ao estudo de regras gramaticais relevantes para a construção do texto, que preveja mais de uma norma, ou seja, que haja espaço para que sejam apresentadas as diferenças entre norma padrão, culta, popular (ANTUNES, 2003; FARACO, 2008).

E como realizar essa última atividade? Ou seja, como discutir sobre as diferenças entre as normas? Cyranka (2015) coloca que o ponto de partida para a discussão sobre os usos linguísticos deve ser a caracterização do grupo de alunos que o professor tenha, diferenciando-os em dois grupos: os alunos das escolas públicas e os alunos das escolas particulares. O primeiro grupo, conforme a autora, muitas vezes, é falante “[...]

de uma variedade intermediária entre a fala rural e urbana”, essa variedade, Bortoni-Ricardo (2004) chama de “rurbana”. Já os alunos de escolas particulares costumam, em sua maioria, usar a variedade urbana.

Como implicações pedagógicas dessa diferenciação, temos que, enquanto os professores das redes particulares deverão centrar-se no trabalho com os traços graduais, os professores das redes públicas deverão centrar-se no trabalho com os traços graduais e descontínuos quando trabalharem as questões das variedades linguísticas. Os traços graduais são variações que acontecem no falar mais espontâneo de qualquer falante brasileiro e não sofrem estigmatização, como por exemplo, a monotongação do [ej] na palavra [‘pe̞i], no lugar da realização “peixe”. Os traços descontínuos são variações mais estigmatizadas, como a ocorrência do rotacismo em [‘kraru], no lugar de “claro”, por exemplo.

Refletindo sobre a variação linguística no repertório dos professores e alunos do ensino básico, Bortoni-Ricardo (2004) chama a atenção para as diferentes posturas assumidas pelos professores de Língua Portuguesa no trato com as variações ou traços descontínuos que aparecem regularmente na relação com o aluno. Questionamentos como “Corrijo o aluno?” “Deixo essa variação passar despercebida?” “Crio uma forma de mostrar a variação adequada à norma

sem evidenciar o desvio?” são dúvidas frequentes frente aos fenômenos da variação.

A autora revela, então, que pesquisas têm demonstrado alguns padrões de comportamento que os professores adotam quando se deparam com essas variações, principalmente, os traços descontínuos. São eles:

O professor identifica “erros na leitura”, ou seja, o erro na decodificação do material que o aluno está lendo, mas não faz distinção entre diferenças dialetais e erros de decodificação, tratando todos da mesma forma. O professor não percebe o uso de regras não-padrão, ou por não estar atento ou porque ele não percebe naquela realização uma transgressão porque ele mesmo usa essa variação.

O professor percebe o uso de regras não-padrão, mas prefere não intervir para não constranger o aluno.

O professor percebe o uso de regras não padrão, não intervém, e apresenta, logo em seguida, o modelo de variante padrão (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 38).

Como sugestão de resposta a esses eventos, Bortoni-Ricardo (2004, p. 131) diz que, na “perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos”, a estratégia do professor diante das variações realizadas pelos alunos, sejam elas graduais ou descontínuas, deve incluir duas questões: “a identificação da diferença e a conscientização da diferença”, podendo o professor, aproveitar o evento em que ocorre a variação para o reconhecimento das diferenças sociolinguísticas e a compreensão que

existem situações que exigem uma ou outra norma.

Quando Bortoni-Ricardo (2004) dá essa indicação de direcionamento, ela está respondendo a questão que norteia toda sua obra, que é a pergunta: como podemos, como professores, contribuir para o desenvolvimento de uma pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos? Questionamento maior da Sociolinguística Educacional, como anteriormente citado no texto.

Sabendo da complexidade envolvida na promoção dessas mudanças e na construção desse olhar mais gentil às variações, principalmente as mais marcadas, a autora propõe seis princípios que devem nortear as ações da sociolinguística educacional. São eles: 1. Compreensão da influência da escola na aquisição dos estilos mais formais da língua. 2. Observação que as variedades linguísticas que não recebem avaliação social negativa tendem a não ser objeto de correção da escola. 3. Promoção da compreensão que, no Brasil, a variação linguística está ligada à estratificação social e à dicotomia rural-urbano. 4. Estabelecimento de espaços na sala de aula tanto para eventos de letramento, em que deve ser ensinada a língua que usamos para ler, escrever e falar em situações monitoradas, quanto para a utilização da modalidade mais casual e mais ligada à oralidade informal. 5. Interpretação, nos estudos de sociolinguís-

tica educacional, que os significados que alunos e professores atribuem à variação são múltiplos e precisam ser considerados. 6. Promoção de um diálogo efetivo entre sociolinguistas educacionais e professores do ensino básico (BORTONI-RICARDO, 2005).

Buscando apresentar alguns caminhos para o ensino de língua materna subsidiado pelos estudos da Sociolinguística, Bortoni-Ricardo (2014) arrola algumas tarefas que os professores do ensino básico podem desenvolver em sala de aula. Além de sugerir atividades para a compreensão das estratégias coesivas, para o desenvolvimento da competência leitora e para a elaboração de estratégias a serem utilizadas na produção escrita, a autora traz outras possibilidades de se trabalhar na perspectiva da Sociolinguística Educacional:

- Identificar nos episódios apresentados em vídeo traços linguísticos que caracterizem a variedade local.
- Relacionar, na vida social da comunidade, práticas sociais de letramentos e de oralidade.
- Identificar nas atividades de sala de aula algumas que são conduzidas quase que exclusivamente na variedade-padrão (por exemplo, uma oração) e algumas nas quais são usadas a variedade-padrão e a variedade local.
- Fazer levantamento de regras de variação presentes na linguagem de amigos e familiares observados durante vários tipos de interação.
- Gravar a si mesmo interagindo com colegas e familiares e identificar posteriormente as regras variáveis no seu repertório.

- Appreciar as características da linguagem do personagem Chico Bento de Maurício de Sousa.
- Recolher exemplares de literatura popular (canções, cordéis, contos, trovas, poemas, narrativas de experiência pessoal, histórias das famílias) apreciando e descrevendo suas características linguísticas e literárias.
- Identificar em dois textos (o primeiro originalmente escrito e o segundo, a transcrição fiel de um texto falado) as características formais e funcionais das duas modalidades.
- Gravar dois discursos de aproximadamente 5 minutos cada um, sendo o primeiro planejado e o segundo não planejado e observar as diferenças.
- Identificar erros de ortografia (em eventos de escrita produzidos na comunidade), decorrentes da transposição de regras variáveis da fala para a escrita, identificando as que são regras graduais e as que são regras descontínuas.
- Recolher exemplos de graffiti e de outros textos espontâneos, analisando as interferências de regras fonológicas dialetais na ortografia (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 145-146).

Tantos Cyranka (2015) quanto Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2014) lembram que outros tantos procedimentos didáticos podem ser pensados para o trabalho pedagógico com a base da Sociolinguística Educacional. Esses exemplos apresentados são apenas algumas das possibilidades. O que se buscou demonstrar é que há caminhos possíveis para um trabalho que promova o conhecimento da heterogeneidade linguística e para que os alunos não apenas se familiarizem com essas variedades, mas respeitem as diferenças e saibam adequar seu repertório linguístico a depender da situação em que se encontrem.

Essas posturas e ações que podem e devem ser incentivadas pela escola e pelos professores têm o poder de atuar diretamente, como nós falamos anteriormente, para a diminuição do preconceito linguístico e para a conscientização que esse preconceito tem mais base econômica do que linguística.

Análise dos dados

Como explicado anteriormente, o objetivo de nossa pesquisa foi analisar as estratégias teórico-metodológicas que alunos/estagiários do curso de Letras utilizam para ministrar aulas com o tema da variação linguística na fase de intervenção do Estágio Supervisionado. Para isso, debruçamo-nos sobre dez relatórios produzidos na fase em que os graduandos são convidados a planejar e ministrar aulas de Língua Portuguesa a turmas do ensino fundamental e médio. Na leitura dos relatórios selecionados, constatamos que o tema da variação foi escolha dos dez graduandos e não sugestão do professor supervisor da escola-campo, e que as aulas foram ministradas em turmas do ensino fundamental.

No *primeiro relatório analisado*, o estagiário sistematizou sua aula em torno de três ações principais: apresentação de conceitos, leitura e interpretação de texto e exercício gramatical. Ao discutir sobre a definição de variação linguística, diferenciou-a de mudança linguística,

apresentando exemplos que mostram as variações num contexto diacrônico e sincrônico. Após as definições e exemplos exibidos no quadro, entregou em cópias impressas a letra da música *Asa Branca* de Luiz Gonzaga, pedindo que lessem e depois cantassem a música de forma coletiva. No exercício de interpretação, relatou que os alunos se limitaram a dizer que gostaram da experiência, o que o conduziu a desistir das questões interpretativas e passar ao exercício de “substituir as variantes em negrito pela palavra correta de acordo com a norma culta da língua portuguesa” (texto extraído do relatório 1), atividade a qual se seguiu uma correção com o auxílio do quadro.

Nesse relatório, observamos o esforço do graduando por trabalhar dois eixos importantes do ensino de língua: leitura e interpretação textual. Da mesma forma, ao escolher a música de um ícone da região nordestina, demonstrou se preocupar em contribuir para a valorização da cultura popular, pensando numa atividade contextualizada e em torno do texto. Outro ponto de destaque foi a apresentação inicial. Em outros relatórios, as variações foram apresentadas relacionadas aos fatores linguísticos e extralinguísticos que as condicionam. Aqui, o estagiário optou por apresentá-la dentro do contínuo temporal.

Uma questão frequente que aparece tantos nos relatórios de estágio quanto

nas discussões ocorridas em sala pós experiências de ministrações de aulas refere-se à dificuldade encontrada pelos estagiários em instigar reflexões a respeito dos textos trabalhados, principalmente nas turmas do ensino fundamental. No relatório do estagiário 1, isso também se mostrou um problema que ele acabou por ignorar, talvez pelo pouco tempo disponibilizado para a experiência, outra questão que se impõe nas atividades do estágio, ou pela inabilidade em provocar situações que suscitassem a participação dos alunos.

Por último, podemos pontuar as escolhas avaliativas. O estagiário optou por apresentar um exercício tradicional de substituição das variantes já destacadas no texto, pelo que ele chama de palavras “corretas” e de acordo com a norma culta. Aqui, podemos observar um ponto de preocupação que aparece nas reflexões teóricas que serviram de base para essa análise. Como efetivar a pedagogia da variação de forma consistente e adequada quando nossos graduandos/futuros professores de língua portuguesa ainda reproduzem a cultura do certo e errado? Ao longo do relato das aulas, o estagiário afirma a importância de se estudar as variações a partir de textos próximos à cultura do aluno, mas o faz reforçando que as variações destacadas devem ser substituídas por formas que ele entende como representativas da norma culta, não avançando no debate sobre

a adequação dessas formas às situações comunicativas que se apresentem.

No relatório 2, coincidentemente, *Asa Branca* foi eleita para ser o objeto de onde partiriam as reflexões sobre as questões da variação. Contudo, de forma diferente do primeiro estagiário, esse estimulou a interpretação do texto, pedindo para que os alunos discutissem sobre o tema tratado na obra e revelassem se conheciam ou não seu compositor, Luiz Gonzaga. A interpretação do texto, no caso, também foi a forma de avaliar o aprendizado. O graduando relata que “cada olhar lançado sobre as partes da letra trazia novas informações, o que conduziu ao entendimento e à construção de saberes numa aula repleta de interação” (texto extraído do relatório 2).

O estagiário comenta que, a partir do estranhamento de alguns alunos sobre a necessidade de respeitarem “as palavras erradas”, deu-se início a um debate sobre adequação e inadequação linguística, em que o tema do preconceito linguístico serviu de mote para que ele discutisse sobre a variação popular e culta da língua. Nessa experiência, em nossa avaliação, tivemos um exemplo de como o professor pode propiciar o reconhecimento das diferenças linguísticas, para explicar que existem situações que exigem uma ou outra norma, como orientou Bortoni-Ricardo (2005).

Os relatórios 3 e 5 tiveram em comum o fato de utilizarem o texto *Tipos de as-*

saltantes como base para suas aulas de variação. Nesse texto, brinca-se com a estereiotipação dos sotaques *nordestino*, *mineiro*, *gaúcho*, *carioca* e *baiano* (questão curiosa sobre o texto é o fato do sotaque baiano estar separado dos sotaques nordestinos e os sotaques nordestinos serem representados por um texto só, dado, infelizmente, não trabalhado em nenhuma das aulas analisadas).

Em ambos os relatórios, o texto serviu para se discutir as variações regionais, reveladas, nesse caso, por fatores sonoros específicos e representados na ortografia informal: “prestenção”, “arrebola”, “pantim”. Nos dois relatórios, deixa-se revelar que mais que uma atividade de reflexão sobre a variação, o texto *Tipos de assaltantes* propiciou um momento de descontração e interação entre os alunos.

Outra coincidência dos relatórios 3 e 5 foi o fato das aulas iniciarem com a apresentação dos conceitos de norma, a partir da diferenciação da norma popular e culta. No relatório 5, o estagiário ainda se dedica a apresentar as variações do ponto de vista profissional, situacional, social e geográfico. Em ambos relatórios, os estagiários sugerem como atividade, que os alunos reescrevam o texto passando-o para uma “linguagem mais formal” (trecho extraído do relatório 5). No relatório 5, essa reescrita deve ser de uma das partes do texto, no relatório 3, de todo o texto.

Um dado interessante a ser observado é que em ambos os relatórios, os estagiários fazem uso do termo norma culta em oposição à norma popular. Contudo, na descrição das sugestões de atividades de reescrita, pedem que sejam observadas as regras da gramática normativa, e que se consultem para a realização da atividade, dicionários e gramáticas, o que pode ser um revelador que há ainda uma confusão sobre o que esses graduandos entendem por norma culta e norma padrão, consideradas, por vezes, a mesma coisa.

Os relatórios 4, 6 e 7 apresentaram, para discutir os fenômenos da variação, um personagem bastante conhecido da literatura dos quadrinhos: Chico Bento, figura muito utilizada para se pensar a variação regional, pois é ele, uma espécie de “símbolo” da linguagem caipira. Para Faraco (2008, p. 178), no entanto, Chico Bento “[...] está muito longe de representar, de fato, uma variedade do português rural. É antes uma elaboração estereotipada de um certo falar rural”.

Os três relatórios comentam sobre aulas que partiram da leitura e interpretação de tirinhas de Chico Bento, utilizadas para pensar as diferenças entre o falar rural e o falar urbano. O relatório 6 apresenta que, além da leitura de uma tirinha, houve a exibição de um vídeo da turma da Mônica com o intuito dos alunos “ouvirem” as diferenças entre a fala do Chico Bento e a fala da Mônica,

representantes do falar rural e urbano, respectivamente.

No relatório 5, o estagiário expôs que em dado momento da leitura das tirinhas selecionadas, alguns alunos puseram-se a “imitar” Chico Bento, rindo e apontando seus “erros” de linguagem. O estagiário comenta que usou esse momento como “deixa” para discutir o preconceito linguístico e relacionar a fala de Chico Bento a um falar não muito distante daquele utilizado pelos alunos e por ele próprio, todos moradores de zonas rurais da Paraíba.

Nos três relatos, os estagiários utilizaram o debate e a participação da turma como formas de avaliar o aprendizado. Embora não tenham se aprofundado nas questões pertinentes à variação social, mostrando que não apenas a oposição rural e urbano explica as diferenças analisadas, mas também as influências da escolaridade e da classe social a qual pertence o falante, discutiram sobre o quanto nocivo é o preconceito linguístico que eles podem reproduzir por meio de brincadeiras e deboches.

Outra figura bastante presente nos planos de aula elaborados para o trabalho com variação linguística nas disciplinas que discutem o ensino, referindo-nos, aqui, ao contexto local, é Patativa do Assaré (poeta popular, cantor e compositor pernambucano). No nosso corpus, o texto *O poeta da roça* aparece como objeto de estudo nos relatórios 8 e 10.

Em ambos os relatos, o texto foi lido e discutido de forma breve pelos alunos. Mais uma vez, a questão da dificuldade de promoção de debates a respeito do lido aparece como um empecilho para se aprofundar a análise do texto selecionado e mais uma vez, ambos estagiários passaram rapidamente para as questões conceituais preparadas. Com exemplos do texto, o estagiário 8 discutiu sobre os fatores geográficos, sociais, históricos e situacionais que condicionam a variação, embora não nos tenha revelado quais exemplos foram esses.

As formas de avaliação utilizadas pelos estagiários foram diferentes, enquanto o estagiário 8 optou por avaliar a aprendizagem pela participação oral dos alunos, o estagiário 10 propôs um exercício de escrita sobre o que havia sido compreendido do texto lido, atividade pedida, segundo ele, para que, a partir do escrito, ele pudesse ampliar o debate sobre as compreensões do poema.

Por fim, nos relatos realizados pelo estagiário 9, temos aulas planejadas para o trabalho com a variação fonética, especificamente. Esse foi o primeiro relatório em que não encontramos o trabalho com um gênero textual. O estagiário optou por levar uma série de palavras que pode sofrer fenômenos fonológicos de acréscimo, subtração ou transformação, dizendo, inicialmente, que nem sempre as palavras escritas são representações fiéis das palavras faladas

e, posteriormente, explicando que, na oralidade, muitas mudanças acontecem com a pronúncia das palavras que, em contexto mais informal, acabam sofrendo modificações. Depois da exposição desses exemplos, o estagiário comentou sobre como algumas pronúncias, mesmo diferentes da forma escrita, não são consideradas “erros”, enquanto outras são, perguntando a eles se se incomodavam com “cabelelera” o tanto que se incomodavam com “bicicreta”, com o intuito de discutir sobre os traços contínuos e descontínuos, mesmo que, para isso, não usasse nomenclaturas e explicações mais elaboradas.

A avaliação deu-se pela participação no debate, pela interação observada. O estagiário, utilizando-se de texto da BNCC, reflete que analisar os diversos fenômenos da variação linguística é uma forma de ampliar a compreensão sobre a “natureza viva” da linguagem e, também, como uma forma de “fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate ao preconceito linguístico” (BRASIL, 2017, p. 508).

Considerações finais

Estudar a língua de acordo com a perspectiva das teorias sociovariacionistas é compreendê-la em sua multiplicidade, considerando os fatores internos e externos que condicionam sua variação e que revelam sua face diversificada e

mutável. Ao longo das últimas décadas, os estudos sociolinguísticos têm contribuído para o debate sobre como esse caráter variável da língua deve ter espaço nas aulas de português. Contudo, ainda observamos uma grande lacuna entre o que dizem as teorias e o que efetivamente observamos nas salas de aula, isso tanto do ensino regular quanto do ensino superior.

Em nossa pesquisa, observamos, com base em relatos de alunos estagiários de Letras que, embora seja unânime o entendimento que as teorias sociolinguísticas contribuem para a ampliação do conhecimento sobre a língua e, assim, para que reflitamos sobre as bases do preconceito linguístico, também é bastante representativo que muito se precisa percorrer para que os alunos/futuros professores de língua portuguesa sintam-se seguros e preparados para planejar aulas que realmente colaborem para a efetivação de uma “pedagogia sensível às diferenças sociolinguísticas e culturais dos alunos”, como repetido algumas vezes ao longo desse trabalho.

Como um apanhado dos resultados mais palpáveis, podemos dizer que os relatórios revelaram que as teorias sociovaracionistas foram apresentadas e exemplificadas a partir dos diversos gêneros textuais, o que consideramos bastante positivo. Quanto às variações linguísticas, observamos aulas mais voltadas à análise sonora, enquanto que

as questões regionais e geográficas foram preferidas em detrimento dos debates sobre as questões sociais. Quanto aos métodos avaliativos, foram frequentes a observação da participação nos debates propostos a partir dos textos lidos, bem como exercícios de correção. Esse último dado foi considerado preocupante, uma vez que marca uma contradição entre o que era informado na exposição do conteúdo (a natureza variável da língua) e o que era pedido nas atividades propostas: a transformação das variações populares em variações consonantes à norma gramatical. Isso demonstra, em nossa opinião, que compreender a importância do debate não significa necessariamente saber realizá-lo e aponta uma necessária ampliação do trabalho sobre esse tema no curso de Letras.

Por mais que os documentos orientadores do ensino preconizem a importância de se levar para a sala de aula o debate sobre os fenômenos da variação, eles ainda não estão suficientemente presentes nas disciplinas que se propõem a pensar teorias e práticas para o ensino de Língua Portuguesa, a exemplo da Linguística Aplicada ao Ensino e dos Estágios Supervisionados. Mesmo na disciplina de Sociolinguística, muitas vezes oferecida em caráter optativo, a Sociolinguística Educacional aparece como uma das unidades, em programas que se propõem a condensar desde os princípios da Sociolinguística Variacionista, pas-

sando pela Sociolinguística Educacional até a Sociolinguística Interacional, além de outras áreas de intersecção.

Se objetivamos, como pesquisadores, sociolinguistas e professores do curso de Letras, encontrar caminhos para a efetivação da pedagogia da variação linguística, é certo que precisamos, necessariamente, tratar do espaço e das condições para lidar com as questões sociovariacionistas na formação dos graduandos de Letras, pois são eles que transformarão esses conceitos teórico-metodológicos em efetivas práticas de ensino-aprendizagem nas diversas salas do ensino básico do país.

The pedagogy of linguistic variation in the supervised internship

Abstract

For at least two decades, we have experienced the effort to insert, in the academic environment, texts and discussions that expand the knowledge of the future Portuguese Language teacher about linguistic diversity, a movement that should contribute to the expansion of the pedagogy of linguistic variation in the school environment. In order to collaborate with this movement and efforts, our work tried to understand which theoretical-methodological strategies that students / trainee teachers of the Letras course use in order to teach linguistic variation in the intervention phase of the Supervised Internship. For that, 10 (ten) reports were analyzed, produced

in the supervised internship discipline, in the intervention phase. The main results indicate that trainee teachers use diverse textual genres to work with the theme of variation, choosing to work on phonological issues (in the intralinguistic field) and to work on geographic issues (in the extralinguistic field).

Keywords: Pedagogy of linguistic variation; Supervised internship; Internship reports.

Referências

- ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro e interação. São Paulo, Parábola Editorial, 2003.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula. São Paulo, Parábola Editorial, 2004.
- _____. Nós chegamos na escola, e agora? Sociolinguística e educação. São Paulo, Parábola Editorial, 2005.
- _____. Manual de Sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2014.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.
- CYRANKA, Lucia F. Mendonça. A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org). Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino. São Paulo, Parábola Editorial, 2015.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.